

<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010</b>
---

## **1) Histórico e Contexto Operacional**

A TECNOSOLO S/A foi fundada em 17 de outubro de 1957, dedicando-se às atividades ligadas a mecânica de solos, sondagens, fundações e contenções de encostas e ao controle tecnológico de qualidade e construção civil, incluindo-se mais tarde no objetivo social as atividades de estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos e, mais recentemente, a construção civil e a incorporação de empreendimentos imobiliários. Sua atuação cobre, assim, atualmente as mais diferentes atividades no campo da engenharia.

## **2) Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis**

As demonstrações financeiras da companhia referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2011 e 31/12/2010 foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios.

### **2.1 Principais práticas contábeis adotadas**

#### **2.1.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Neste exercício não houve impacto relevante que justificasse este registro contábil.

#### **2.1.2. Apuração e apropriação do resultado de obras por empreitada e por administração**

##### **Reconhecimento da Receita**

As receitas de prestação de serviços a este título são reconhecidas em função das medições e progresso físico das obras, seguindo assim o regime de competência.

##### **Reconhecimento de custos e despesas**

Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando mensuráveis e incorridos de acordo com o progresso físico das obras.

### **2.1.3. Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. As depreciações são computadas pelo método linear, levando em consideração as taxas descritas na Nota 16 e reconhecidas no resultado do período. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

### **2.1.4. Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

### **2.1.5. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.

### **2.1.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **2.1.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para atividade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com

base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

#### **2.1.8 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo não foram ajustados pelo seu valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

#### **2.1.9 Adoção inicial dos IFRs (CPCs)**

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC e normas complementares da CVM vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos do CPC, incluindo os novos pronunciamentos do vigente para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciado em 1º de janeiro de 2011.

### **3) Aplicação da Lei 11.638/07**

As demonstrações financeiras da companhia foram apresentadas em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08, sendo irrelevantes os efeitos sobre o patrimônio dos exercícios findos em 2011 e 2010.

### **4) Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Em decorrência dos ativos e passivos já estarem sendo reconhecidos e avaliados à valores próximos do preço de mercado, não foi necessário registrar Ajustes de Avaliação Patrimonial às demonstrações financeiras de 2011 e 2010.

## **5) Dividendos, Lucros a Realizar e Reserva Estatutária**

### **5.1) Demonstrações do cálculo dos Dividendos (em milhares de reais)**

Lucro Líquido do Exercício .....	R\$ 6.935
( - ) Reserva Legal .....	(R\$ 347)
( = ) Base de Cálculo do Dividendo .....	R\$ 6.588

Lucros não Realizados Financeiramente na DRE R\$ 7.123

Dividendo Proposto ..... R\$ 288

De acordo com o artigo 202 da Lei das S/A (atualizado pela Lei nº 10.303/2001), o pagamento do dividendo mínimo obrigatório poderá ser “diferido” como lucros a realizar, em conta própria de Reserva Lucros. Entretanto, a Companhia propôs a distribuição de R\$ 288 mil, já evidenciado no Passivo Circulante.

### **5.2) Demonstração dos Itens Extraordinários (Lucros a Realizar)**

Variação Monetária/Atualização - Contas a Receber Longo Prazo (conforme detalhado na explicativa nº 6) ..... R\$ 7.123

Total Lucros a Realizar ..... R\$ 7.123

### **5.3) Reserva de Lucros a Realizar em 2011**

Lucro Líquido do Exercício.....	R\$ 6.935
( - ) Reserva Legal .....	(R\$ 347)
( - ) Reserva Estatutária.....	(R\$ 2.775)
( - ) Dividendos .....	( R\$ 288)
( = ) Total Reserva de Lucros a Realizar 2011....	R\$ 3.525

Em relação a Reserva de Lucros a Realizar de Exercícios anteriores, foi adotado a mesma metodologia pela Companhia, cujo valor já está demonstrado na DMPL.

### **5.4) Reserva Estatutária em 2011**

( - ) Absorção do Prejuízo do Exercício de 2010 .....	(R\$ 8.785)
Constituição da Reserva Estatutária ...	R\$ 2.775
( = ) Saldo da Reversão da Reserva Estatutária em 2011 .....	(R\$ 6.010)

## 6) Devedores por Decisão Judicial

Os valores registrados em Itens Extraordinários referem-se ao Processo 14095474525-7, transitado em julgado favorável a TECNOSOLO S/A, em junho/04 na 5ª Vara da Fazenda Pública – Salvador - BA, tendo como ré a SURCAP - Superintendência de Urbanização da Capital – Município de Salvador – BA. Com base em parecer recente da nossa assessoria jurídica, a Companhia manifestou a intenção de realizar este ativo judicial fora do âmbito de negociação do mercado secundário de títulos precatórios, o que motivou a reversão da provisão para perdas desse ativo, em relação ao apresentado no exercício anterior.

Considerando o referido Parecer Jurídico, adotamos a contabilização do valor integral da ação, devidamente atualizado, conforme critérios da justiça aplicados pela Central de Cálculos do Tribunal de Justiça da Bahia. Todas as tentativas de uma quitação em âmbito administrativo foram sem sucesso. Após a sentença de execução da dívida, será emitido pelo Município de Salvador, títulos da dívida do município na forma de Precatórios, que serão incluídos no orçamento, e na programação de pagamentos, que é ordenada cronologicamente a partir dos precatórios mais antigos. O prazo para início de pagamento desses precatórios é de acordo com a programação da Prefeitura de Salvador com a expectativa de recebimento em no máximo 10 anos, parceladamente. A administração da companhia está trabalhando com a expectativa de realização deste Ativo integralmente, não cabendo qualquer deságio na forma da legislação que subordina os pagamentos de precatórios, que não prevê tal redução. Portanto, não há risco de inadimplemento desse ativo, diante de todas as garantias e regras a que se submetem as entidades públicas quanto ao pagamento de suas dívidas judiciais. Desta forma, a provisão do deságio reconhecida anteriormente foi devidamente estornada. Considerando essas questões informamos a seguir o registro do referido ativo judicial:

<b>ATIVO REALIZ. LONGO PRAZO</b>		
<b>Itens Extraordinários</b>		
<b>Devedores por decisão judicial</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Devedores por decisão judicial - Completo	26.158	27.748
Honorários Advogados	3.589	13.902
Atualização e Juros	7.481	41.761
Prov. Deságio na Realização	(15.695)	
Prov. Honorários Advogados a Realizar		(13.902)
<b>Saldo do Exercício</b>	<b>21.533</b>	<b>69.509</b>

## 7) Disponibilidades

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa	2	2
Bancos c/ Movimento	9	3.246
Aplicações Financeiras	1.022	1.338
Fundo Fixo	201	187
	<u>1.234</u>	<u>4.773</u>

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores a 90 dias.

## 8) Contas a Receber

São serviços medidos e faturados não recebidos, prestados em sua maioria ao Governo (Federal, Estadual e Municipal), como: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro , Fundação DER, Prefeitura Municipal de Friburgo, Petrobrás, entre outros.

<u>2011</u>	<u>2010</u>
35.520	38.355

## 9) Cauções e Retenções

Valores dados como garantias ao serem firmados contratos de prestação de serviços, sendo estes devolvidos e recuperados pelos clientes no término do contrato.

<u>2011</u>	<u>2010</u>
317	317

## 10) Adiantamentos

Registram os pagamentos na contratação de fornecedores de materiais e bens à título de antecipação para cobertura de custos na colaboração de produtos específicos, só fornecidos sob encomenda. Também estão registrados os adiantamentos de salários pelos respectivos pagamentos.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Adiantamento a Funcionários	8	3
Adiantamentos a Fornecedores	4.029	6.676
	<u>4.037</u>	<u>6.679</u>

## 11) Suprimentos para Serviços

Correspondem aos valores concedidos para serem utilizados nas obras, sobre os quais, é posteriormente efetuada a prestação de contas dos gastos e reconhecidas nas devidas despesas.

<u>2011</u>	<u>2010</u>
658	718

## 12) Impostos a Compensar

São registrados impostos retidos no recebimento do faturamento, e os saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social, reduzindo o saldo à medida que forem compensados com os respectivos impostos a pagar.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ISS RETIDO S/FATURAS		167
IRRF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	109	44
IRRF S/FATURAS	754	587
CSLL RETIDO S/FATURAS	458	266
INSS RETIDO	344	
FGTS A RECUPERAR	2	
REFIS		2.882
IRPJ 2010	248	266
CSLL 2010	56	102
CSLL 2009		184
	<u>1.971</u>	<u>4.498</u>

### 13) Medições a Faturar

Representam os serviços efetivamente realizados, em relação aos quais, as medições das obras estão em processo de aprovação e o faturamento consta ainda em fase de execução, cujos custos incorridos destes contratos também foram reconhecidos em resultado.

<u>2011</u>	<u>2010</u>
32.714	39.979

### 14) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com as disposições contidas na Deliberação 273/98 e Instrução 371/02 da CVM foram reconhecidos os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os prejuízos fiscais, ajustando assim o valor do ativo diferido na expectativa de sua realização conforme estabelecido no artº 4 da Instrução CVM 371/02. A previsão de sua realização será em 2012. Estes créditos foram baseados em estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelo Conselho de Administração os quais indicaram a plena recuperação desses impostos diferidos. Segue o cronograma da realização dos impostos diferidos:

Imposto de Renda e Contr. Social Diferidos – Curto Prazo – 2012... R\$ 628 mil

### 15) Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, o qual não ultrapassa seu valor de mercado, sendo utilizado de acordo com a necessidade dos contratos para execução dos serviços. Com a atividade de incorporação e empreendimentos imobiliários foram registrados também os custos incorridos e o valor do bem imóvel destinado à venda, sendo estes custos reconhecidos em resultado à medida que os imóveis forem vendidos.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Materiais Diversos	8.354	13.144
Imóveis destinados á Venda	437	501
	<u>8.791</u>	<u>13.645</u>

### 16) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear , as taxas anuais mencionadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Representado como segue:



<b>IMOBILIZADO</b>	<b>TAXAS DE DEPRECIAÇÃO ANUAL</b>	<b>VALOR LÍQUIDO 2011</b>	<b>VALOR LÍQUIDO 2010</b>
Máquinas e Equipamentos	10%	6.759	6.289
Móveis e Utensílios	10%	437	2.662
Terrenos		980	680
Edificações	4%	7.235	8.329
Instalações	10%	109	123
Veículos	20%	307	349
Programas e Softwares	20%	457	497
Computadores e Periféricos	20%	288	461
Leasing e Consórcio - Imobilizado em Andamento		974	845
		<b>17.546</b>	<b>20.235</b>

#### **17) Ônus reais sobre elementos do ativo**

Não há ônus reais sobre elementos do ativo.

#### **18) Empréstimos e Financiamentos**

Representam empréstimos e financiamentos adquiridos de instituições financeiras, reconhecidos pelo valor justo no recebimento de recursos, líquidos dos custos de transação, e subsequentemente amortizado. Os empréstimos são classificados no passivo circulante os empréstimos vencíveis dentro do próximo exercício social e, no passivo não circulante (longo prazo) os empréstimos a serem liquidados após o término do exercício seguinte. Os empréstimos registrados referem-se a contratos de abertura de crédito de Capital de Giro acrescidos de encargos financeiros variáveis, garantidos por aval dos acionistas controladores e contratos de prestação de serviços.

<b>FINANCIAMENTO DE CAPITAL DE GIRO E IMOBILIZADO</b>				
<i>INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</i>	<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>	<i>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</i>	<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>	<i>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</i>
	<i>2011</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2010</i>
Banco do Brasil			15	-
Banco Banrisul	2.617	511	1.500	2.500
Bic Banco	2.375		8.667	-
Banco BMG			732	-
Banco Itaú	1.572	106	1.761	142
Banco Safra	152	143	210	119
Banco Bradesco			164	-
Banco BPN			139	-
Banco Guanabara			2.011	-
Banco PINE	4.990		8.982	-
Banco BVA	6.751	44.613	21.429	9.366
Banco Mercantil	4.182		4.052	-
Encargos Financeiros a Apropriar	(5.298)	(11.845)	(61)	(291)
Outros	1.033	901	4.919	887
<b>TOTAL</b>	<b>18.374</b>	<b>34.429</b>	<b>54.520</b>	<b>12.723</b>

## 19 ) Fornecedores

Registram as compras de materiais e aquisição de serviços que ainda não foram pagos, utilizados na execução da prestação do serviço.

<u><b>2011</b></u>	<u><b>2010</b></u>
12.587	10.840

## 20) Impostos, Taxas e Contribuições

A dívida tributária está representada pelo valor original do imposto devido. Os parcelamentos são acrescidos de encargos e atualização pela taxa selic reconhecida mensalmente, e os respectivos pagamentos são efetuados regularmente de acordo com a legislação. O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para imposto de renda e de 9% para contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

	<i>PASSIVO</i>	<i>EXIGÍVEL A</i>	<i>PASSIVO</i>	<i>EXIGÍVEL A</i>
	<i>CIRCULANTE</i>	<i>LONGO PRAZO</i>	<i>CIRCULANTE</i>	<i>LONGO PRAZO</i>
<i>IMPOSTOS A PAGAR</i>	<i>2011</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2010</i>
Obrigações Tributárias e Sociais	7.632	29.804	7.996	28.095
Parcelamento Especial - PAES PGFN				4.307
Parcelamento Especial – PAES INSS				11.495
Parcelamento FGTS	26	1.571		2.098
Parcelamento INSS	429	2.120		2.702
Parcelamento ISS	147	826	245	550
Juros a apropriar parc.ISS	-37	-115	-3	-45
	<b>8.197</b>	<b>34.206</b>	<b>8.238</b>	<b>49.202</b>

## 21) Provisão de Férias

Constituídas mensalmente com base no saldo existente acrescida dos respectivos encargos sociais.

## 22) Capital Social

O capital social é de R\$ 12.972 mil, dividido em 96.000.000 ações, sendo 32.000.000 ações ordinárias e 64.000.000 ações preferenciais, conforme registro da Ata na Junta Comercial do Rio de Janeiro em 08/05/2008 e publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 13/05/2008. As ações preferenciais terão prioridade ao reembolso de Capital em caso de liquidação da Companhia e, na distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido.

## 23) Depósitos Judiciais

Estes valores compõem-se de reclamações trabalhistas e depósitos judiciais, as quais os processos judiciais constam em julgamento e provisionados no Passivo.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reclamações Trabalhistas	952	1.031
Títulos Diversos	402	191
	<u>1.354</u>	<u>1.311</u>

## **24) Instrumentos Financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com a Instrução CVM nº 235/95, existentes em 31/12/2011 são: aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores baseados em taxas e encargos contratuais, equivalentes aos de mercado.

## **25) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 550 de 17/10/08, não há informações de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações financeiras.

## **26) Contingências Passivas**

Não há contingências passivas relevantes nas demonstrações financeiras apresentadas dos exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010 conforme Deliberação CVM nº 489/05.

## **27) Transações entre Partes Relacionadas**

De acordo com a Deliberação CVM nº 26/86, não há transações entre partes relacionadas nas demonstrações financeiras da companhia.

## **28) Valor Patrimonial das Ações**

O valor patrimonial das ações em 2011 foi de R\$ 0,73 por lote de mil ações, e em 2010 é de R\$ 0,24 por lote de mil ações.

### **DIRETORIA**

Marcelo Sénges Carneiro – Diretor – Presidente; André Luis Cavalcanti de Moraes Camacho – Diretor Vice-Presidente; Kátia Mosso Ferreira – Diretora Vice-Presidente; **Contador** - Daniel J. França Jr. – CRC-RJ 049947/0-3.